

Fiscalização da ANEEL em números

O que as três bases públicas — autos de infração, termos de notificação e termos de intimação — mostram sobre autuação, prazos, recursos e sanções não pecuniárias.

Dados abertos da ANEEL, conjuntos gerados em 31 de agosto de 2026 · 1.591 autos de infração (08/06/2018 a 28/08/2026), 2.588 termos de notificação, 403 termos de intimação · Processamento: BigData Regulatório do ProcTracker · Publicado em 31/08/2026

61,7%

dos termos de notificação terminam em auto de infração

81%

dos autos sem nenhuma decisão publicada

327 d

mediana entre o auto e a decisão da diretoria

149

intimações propondo revogar a autorização

1. O acervo

BASE	REGISTROS	PERÍODO	VALOR LAVRADO
Auto de Infração	1.591	08/06/2018 – 28/08/2026	R\$ 3,64 bi
Termo de Notificação	2.588	06/04/2018 – 25/05/2026	—
Termo de Intimação	403	07/05/2018 – 10/06/2026	—

As três bases descrevem etapas distintas do mesmo ciclo de fiscalização e **não se cruzam em nenhuma tela pública**: a notificação antecede a autuação; a intimação propõe sanção não pecuniária (revogação, suspensão, caducidade) e corre por fora da base de multas.

2. A notificação vira multa em 6 de cada 10 casos — e a taxa depende do tema

NATUREZA DA FISCALIZAÇÃO	TERMOS	VIRA AUTO
Comercial	60	88,3%
Fase pré-obras	89	85,4%
Demais obrigações normativas	242	81,8%
Obras de transmissão	87	78,2%
Desempenho de eólicas e fotovoltaicas	889	71,9%
Fase obras	128	60,2%
Segurança de barragens	492	23,6%
Desempenho de PCHs e UHEs não despachadas	53	17,0%

Naturezas com 30 ou mais termos. Da lavratura do termo até a decisão sobre ele: mediana de 134 dias, p90 de 242 dias (2.547 termos com decisão datada).

Leitura: notificação comercial é praticamente autuação anunciada; notificação de barragem raramente vira multa. O tema define, já no primeiro dia, quanto investir em defesa.

3. A sanção que não aparece na base de multas

PENALIDADE PROPOSTA NO TERMO DE INTIMAÇÃO	TERMOS
Revogação de autorização	149
Suspensão temporária de participação em licitações	25
Revogação de autorização / suspensão de licitar	2
Caducidade da concessão ou permissão	2
Sem penalidade informada	225

Concentração por etapa: **117 termos são da fase pré-obras** e 60 da fase de obras — o empreendimento autorizado que não sai do papel e a agência retomando a outorga. Em 2026 já são 27 termos de intimação, 5 deles com proposta de revogação.

4. Volume e valor: menos autos, dinheiro maior

ANO	AUTOS	VALOR LAVRADO
2026 (até 28/08)	53	R\$ 339,0 mi
2025	116	R\$ 516,2 mi
2024	711	R\$ 1.054,0 mi
2023	72	R\$ 321,1 mi
2022	157	R\$ 608,9 mi
2021	214	R\$ 160,9 mi
2020	119	R\$ 327,8 mi
2019	80	R\$ 252,0 mi
2018 (a partir de junho)	69	R\$ 62,4 mi

No mesmo intervalo (janeiro a agosto), 2025 teve 95 autos e R\$ 245,0 milhões; 2026 tem 53 autos e R\$ 339,0 milhões — **44% menos autos e 38% mais valor**. Mediana de 2026: R\$ 579 mil. Média: R\$ 7,5 milhões.

2026 mês a mês

MÊS	AUTOS	VALOR
Fevereiro	1	—
Março	16	R\$ 54,1 mi
Abril	4	R\$ 0,7 mi
Maio	3	R\$ 7,6 mi
Junho	9	R\$ 80,8 mi
Julho	9	R\$ 94,6 mi
Agosto (até dia 28)	11	R\$ 101,2 mi

Maiores autos de 2026

AUTO	DATA	AUTUADO	VALOR
0020/2026-SFT	21/07/2026	COELBA	R\$ 82,8 mi
0005/2026-AGER/MT-SFT	10/06/2026	Energisa Mato Grosso	R\$ 70,8 mi
0027/2026-SFT	28/08/2026	RGE Sul	R\$ 48,7 mi
0026/2026-SFT	28/08/2026	Equatorial Piauí	R\$ 26,4 mi
0001/2026-ARSESP-SFT	03/03/2026	CPFL Paulista	R\$ 21,8 mi
0002/2026-ARSESP-SFT	03/03/2026	Elektro Redes	R\$ 19,8 mi

5. Quem lavra: a ANEEL não está sozinha

ORIGEM	AUTOS	% DOS AUTOS	VALOR	% DO VALOR	MULTA MEDIANA
ANEEL	1.251	78,6%	R\$ 2,29 bi	62,9%	R\$ 288 mil
Agências estaduais conveniadas	340	21,4%	R\$ 1,35 bi	37,1%	R\$ 59 mil

Agências presentes na base: ARSESP (SP), AGER-MT, AGERGS, ARCE, AGR, ARSAL, ARPB, ARPE, AGEMS. A mediana estadual é cinco vezes menor e o total é maior — muitos autos pequenos somados a poucos casos de grande porte.

Assimetria no recurso: entre os autos já decididos em primeira instância, o recurso foi acatado (total ou parcialmente) em **44,9% dos autos estaduais** (62 de 138) e em **31,3% dos autos da ANEEL** (42 de 134). Bases pequenas pedem cautela, mas a diferença é grande.

6. Prazos: entrada rápida, desfecho lento

INTERVALO	MEDIANA	P90 / MÁXIMO	CASOS
Lavratura → recebimento pelo autuado	3 dias	12 dias (p90)	1.541
Termo de notificação → decisão	134 dias	242 dias (p90)	2.547
Auto → decisão de juízo	106 dias	234 dias (p90)	269
Auto → decisão da diretoria	327 dias	1.303 dias (máx)	207
Auto → termo de encerramento	209 dias	—	644

A fila

SITUAÇÃO	AUTOS	%
Sem nenhuma decisão publicada	1.284	80,7%
Com decisão de juízo	272	17,1%
Com decisão da diretoria	207	13,0%
Com termo de encerramento	645	40,5%

O que o recurso muda no valor

ETAPA	AUTOS	VALOR ORIGINAL	APÓS A DECISÃO	QUEDA
Decisão de juízo	226	R\$ 1,43 bi	R\$ 1,31 bi	7,9%
Decisão da diretoria	195	R\$ 650,9 mi	R\$ 556,9 mi	14,4%

38,2% dos autos já decididos em primeira instância tiveram recurso acatado no todo ou em parte (104 de 272). Apenas 1 auto teve o valor aumentado após a decisão da diretoria; 2 foram zerados.

7. A onda de 2024 e o efeito SPE

2024 concentra **711 autos** — mais que 2021, 2022, 2023 e 2025 somados. Destes, **630 são de uma única natureza**: desempenho de eólicas e fotovoltaicas, atingindo **597 empresas distintas**.

RECORTE	VALOR
Autos da onda (2024, eólicas/FV)	630
Empresas distintas atingidas	597
Multa mediana	R\$ 342,9 mil
Multa média	R\$ 372,8 mil
Total lavrado	R\$ 234,8 mi
Ainda sem decisão de juízo (todo o ano de 2024)	697 de 711 (98%)

Não foi uma onda cara — foi uma onda ampla. E o caso extremo da série mostra o outro lado do mesmo padrão: uma única SPE de geração acumulou **35 autos** entre setembro de 2022 e agosto de 2023, com multa mediana de R\$ 49,6 mil e R\$ 2,0 milhões no total.

8. Por que o monitoramento por número ou por nome falha

OBSTÁCULO	MEDIDA
Autos com processo no padrão ANEEL (48500....)	201 de 1.591 (12,6%)
Grupos econômicos distintos (raiz de CNPJ)	1.070
Grafias diferentes de nome na base	1.251
Autuados com mais de um auto	148

Nos 87% restantes o campo traz numeração da agência estadual, em formatos incompatíveis entre si — 51/200.695/2018 · 001127-39.00/18-3 · 590675/2018. Consolidando por raiz de CNPJ, o maior autuado histórico é o grupo da Eletropaulo, com R\$ 430,3 milhões em 10 autos — número que não aparece quando se agrupa por razão social.

9. Nota de competência: por que a ANEEL fiscaliza barragem

A Política Nacional de Segurança de Barragens (Lei 12.334/2010, alterada pela Lei 14.066/2020) reparte a fiscalização conforme o uso da barragem, atribuindo-a a quem outorgou o direito correspondente: **ANEEL** para aproveitamento hidrelétrico, **ANM** para rejeito de mineração, **ANA** para usos múltiplos em corpo hídrico federal — além do papel da ANA na coordenação da política e na consolidação do Relatório de Segurança de Barragens — e órgãos estaduais para as demais. Os 125 autos de segurança de barragens da base são todos de empreendimentos de geração (UHE, PCH e CGH), sendo 70 lavrados pela ANEEL e 55 por agências estaduais conveniadas. Multa mediana: R\$ 64 mil.

Metodologia e limites

Bases "Auto de Infração", "Termo de Notificação" e "Termo de Intimação" dos Dados Abertos da ANEEL, conjuntos gerados em 31/08/2026, processadas no BigData Regulatório do ProcTracker. Agrupamento econômico por raiz de CNPJ (8 dígitos). Valores em reais nominais, sem correção monetária, conforme lavrados. Comparações de valor pós-decisão consideram apenas autos com valor posterior informado. Três registros com data de decisão anterior à lavratura foram excluídos do cálculo de prazos. **Campo de decisão vazio indica ausência de publicação no conjunto de dados, não necessariamente ausência de decisão** — processos suspensos, judicializados ou ainda não atualizados aparecem como sem decisão. A taxa de conversão notificação → auto usa o campo de decisão do próprio termo de notificação.

Acompanhe processos administrativos da ANEEL, das agências estaduais e das demais autarquias em uma timeline única, por CNPJ e por vínculo, com alerta automático a cada movimentação. [proctracker.app](#)